

INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PERSPETIVA SOBRE O GLOBAL

Mário FILIPE¹

RESUMO

A internacionalização da Língua portuguesa deve ser entendida como um processo fundamentalmente político, conscientemente de afirmação, de concretização e de diversificação dos usos e funções da língua portuguesa no plano internacional.

Neste enquadramento devemos considerar que a Língua Portuguesa constitui um instrumento de afirmação estratégica que transcende a estrita dimensão da esfera linguística; que presentemente a projeção internacional da Língua Portuguesa carece de uma dinâmica que a coloque num patamar de projeção e de imagem internacional que seja condicente com o seu número de falantes e com o potencial destes em termos económicos e de desenvolvimento social e cultural no contexto internacional; uma política de língua deve, de forma articulada e coerente, congregar esforços de diversos protagonistas em Portugal e convocar a intervenção multilateral, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Presentemente, Portugal preside à CPLP e escolheu para tema central da sua ação a Língua Portuguesa, o que faz acrescer à retórica tradicional uma atividade substantiva ao nível das decisões e das ações.

Este é também o ano zero do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que foi usado na redação deste trabalho, o qual exige decisões a vários níveis para que a aplicação do acordo no terreno não seja protelada e para que a sua concretização seja fruto de um planeamento e gestão adequados.

Este trabalho abordará todos os aspetos acima referidos numa perspetiva geolinguística e geoestratégica para a língua portuguesa, onde a necessidade de uma política de língua consistente, persistente e sustentável a médio e longo prazo impõe medidas no imediato.

Palavras-Chave: Política de Língua; Português; Internacionalização.

¹ Universidade Aberta, Departamento de Humanidades, Rua da Escola Politécnica, n.º 141-147, 1269-001 Lisboa, Portugal, mfilipe@univ-ab.pt.

Num momento em que Portugal ocupa a Presidência da CPLP e tomou como eixo estratégico principal da ação da sua presidência a Língua Portuguesa, importa refletir sobre os fundamentos de uma estratégia de internacionalização da Língua Portuguesa. Esta reflexão impõe-se sobretudo porque continua a ressaltar do discurso sobre política de língua uma predominância de proposições, representações e mesmo lugares-comuns que acabam por se substituir ao entendimento do que é uma Política de Língua. Para esta reflexão será da maior conveniência considerarmos duas propostas de definição operativas sobre política de língua portuguesa numa perspetiva de internacionalização.

Entende-se por internacionalização da Língua Portuguesa² um processo eminentemente político de afirmação, de consolidação e de diversificação funcional da língua na arena internacional, enquanto idioma utilizado em países externos à CPLP, em funções convencionalmente culturais e académicas, mas sem deixar de abranger outras utilizações que podem garantir e reforçar o prestígio de uma grande língua de comunicação e cultura: ciência, *Internet*, tradução e interpretação, negócios, artes, meios de difusão de massas como a Televisão Internacional.

Este processo implica todos aqueles que de alguma forma são parte inalienável do processo, e não apenas agentes políticos que o Estado investe nessa função. Intervenientes e instituições como fundações, associações culturais, artistas, escritores, cientistas, empresas com dimensão internacional e com relações nas áreas de exportação, de entre outros.

Este entendimento sobre a internacionalização assume como fulcral o desenvolvimento continuado e persistente do trabalho de fundamentação política e estratégica, sustentando opções claras dos decisores. Neste processo são integrantes não negligenciáveis componentes distintos na cadeia processual e com diversos níveis de intervenientes, de operações e de mecanismos que abarcam um universo tão complexo como a própria realidade dos falantes e agentes da Língua Portuguesa: o ensino da língua, a formação de professores, a diplomacia, o aparato legislativo, as intervenções em comunidades portuguesas, outras de língua portuguesa e de luso-descendentes, numa perspetiva oficial ou de ONG. A abrangência alcança ainda medidas que visam públicos universitários falantes não-maternos de português, atuações em áreas geolinguísticas de comprovado crescimento da Língua Portuguesa e aquelas que visem áreas geolinguísticas onde o nosso idioma esteja menos desenvolvido ou em regressão.

Uma segunda proposta de definição³ que não se opõe à primeira entende que a internacionalização da Língua Portuguesa implica uma estreita articulação da língua e da cultura, sendo esta última entendida na sua pluralidade, enquanto instância de afirmação de valores, de imagens e de sentidos de identificação das nacionalidades que da mesma língua se reclamam, na sua diversidade. É nessa instância que se modelam heranças históricas plasmadas em diversos campos com multissecular vitalidade (literatura, teatro, pensamento, música, etc.); mas é também nela que se inscreve um vasto leque de práticas e agentes do nosso tempo: desporto e desportistas, agentes económicos, comunicação social, moda, *design*, artes plásticas, arquitetura, cinema ou música de entre outros, umas e outros portadores de uma imagem de dinâmica modernidade a enaltecer em valor e relevância de acordo com os objetivos mais gerais ou mais particulares da internacionalização da língua.

² Definição apresentada no Relatório sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa e aqui adotada.

³ Ver 2.

Esta articulação língua-cultura, nas várias componentes e interesses estratégicos, ao deixar transparecer que a internacionalização da língua Portuguesa é indissociável das suas manifestações enquanto língua de cultura com projeção transnacional, fundamenta e sustenta o que segue.

Mas importa agora refletir sobre alguns lugares-comuns aceites como patentes ou preclaras evidências mas que quando usados sem ponderação ou como valores em si mesmo se transformam em ilusões ou numa floresta de enganos. Afirmações como *o Português é uma língua com disseminação planetária e usado por mais de 200 milhões de falantes*; *A Língua Portuguesa é a terceira de origem europeia em número de falantes extraeuropeus* (depois do Inglês e do Espanhol e bem à frente do Alemão, do Francês e do Italiano); *Em África, é a terceira língua de origem europeia mais falada*; *É uma língua pluricontinental, oito países em quatro continentes têm o Português como língua oficial*; um desses países é uma potência económica de considerável dimensão; finalmente, a mais problemática de todas: *o Português foi adotado como língua de trabalho em diversas organizações internacionais multilaterais*.

Afirmações como as apresentadas acima, não deixando de ser verdadeiras, apoiam e sustentam discursos inflamados em datas marcantes para a identidade nacional portuguesa. Contudo o seu uso para além de nada mais representar do que o momento em que são ditas e que com ele se esgotam, iludem uma realidade que não podemos omitir sob pena de perdermos contacto com a realidade da própria língua e dos seus falantes. Ao desacerto entre o peso da língua portuguesa no contexto internacional e o seu valor objetivo no quadro de um reconhecimento efetivo mais condicente com a sua afirmação como 7.^a língua materna mais falada no mundo não pode ser estranho o facto de uma enorme fatia dos mais de 230 milhões de falantes do Português viverem num patamar de desenvolvimento económico e social que lhes retira voz já que a pobreza e o fraco desenvolvimento económico dos seus falantes se reflete inevitavelmente na projeção internacional dos países que a falam e no seu peso político no concerto internacional das nações. Fracos índices de escolarização e a pouca penetração da Língua Portuguesa daí decorrente devido a situações específicas internas de alguns dos países membros da CPLP, também concorrem para uma imagem empobrecida da Língua Portuguesa. Hoje, a afirmação e o valor internacional e económico de uma língua sustenta-se em alicerces económicos, tecnológicos, científicos e políticos⁴. A dispersão geográfica, e o conjunto de fatores acima referidos constituem uma adversidade para a Língua Portuguesa, não só no quadro interno da CPLP, o espaço geolinguístico de referência da Língua Portuguesa. No quadro externo as fraquezas consubstanciam-se na presença pouco significativa, por pouco mais de nominal, do Português em instâncias de afirmação hoje em dia fundamentais, como as organizações internacionais multilaterais onde o Português é língua oficial ou de trabalho, por clara falha de concertação com os seus parceiros da CPLP, o que impede que a língua portuguesa seja língua oficial ou de trabalho *de facto*. Outras áreas como a produção de *software* educativo ou a presença na *Internet*⁵; a oferta do ensino do Português no estrangeiro, ainda que não seja negligenciável a evolução positiva operada nos últimos

⁴ Base para o entendimento do posicionamento de línguas sem projeção global em número de falantes mas que detêm maior destaque face à língua portuguesa, casos do Alemão ou do Italiano, ou de línguas que apesar da distribuição demográfica pluricontinental têm consabidamente menos falantes do que o português como é o caso do francês, que se vai mantendo nos *fora* internacionais porque a alteração do *status quo* não favoreceria as línguas do *establishment* saído do Pós-Guerra, em particular as línguas que predominam no hemisfério norte.

⁵ Neste último caso, o Português estava, em Novembro de 2007, em sétimo lugar, depois do Inglês, do Chinês, do Espanhol, do Japonês, do Francês e do Alemão, mas em contrapartida em Setembro de 2009 o Português é a segunda língua mais usada no *twitter*.

anos, peca por uma opção centrada nos meios universitários sem alternativas de oferta para outros públicos mais amplos e menos marcados academicamente, que não encontram oferta fora das universidades. A Língua Portuguesa como língua estrangeira não deixa no entanto, e apesar de se refugiar nas Universidades, de enfrentar, num contexto concorrencial, as dificuldades inerentes à agressividade de outras línguas em presença no mercado das línguas dentro das próprias universidades, estando completamente ausente, no que respeita ao Estado, do mercado aberto e livre das ofertas extra curriculares por falta de comparência, inexistência de política neste campo agravando assim a invisibilidade da língua por falta de estratégia, por abdicar da exposição pública a que línguas menos faladas não fogem, agravando o fosso e deixando para terceiros todo o espaço do mercado mundial da oferta linguística. Noutro campo de ação, o da oferta curricular da Língua Portuguesa nos *curricula* do segundo e terceiro ciclos dos ensinos básico e do secundário, na Europa comunitária em países com forte presença de comunidades portuguesas ou outras de Língua Portuguesa. As dificuldades têm sido, por exemplo, por razões de descentralização de políticas educativas dos países europeus, identificar e chegar pelos canais adequados em cada país, junto dos interlocutores certos para uma negociação que conduza à introdução da Língua Portuguesa nos respetivos *curricula*, apresentando propostas com objetivos claros de trabalho fundamentado, e com garantias de um empenhamento de longa duração.

Ainda uma outra dificuldade que persistiu até há pouco: a coexistência, para uma mesma língua, de duas ortografias oficiais, a portuguesa e a brasileira. Apesar de no Brasil já estar em vigor o Acordo Ortográfico, em Portugal, apesar de ratificado o 2.º protocolo, ainda não há passos públicos que definam a sua aplicação, por exemplo, pelo Estado, nos seus organismos e instituições além de outras medidas essenciais ainda por tomar como a publicação de um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). A recentíssima publicação de um VOLP fora da chancela da Academia das Ciências de Lisboa é mais uma prova da dispersão interna de esforços. Da Academia nada emana, como se a elaboração deste documento fosse matéria de segredo de Estado, posto que é antes uma imposição legal que tarda em se cumprir.

Nada do que atrás fica dito e que pretende apenas ser pequeno repositório de aspetos que não convém perder de vista ou negligenciar, pode constituir óbice a que o processo de internacionalização da Língua Portuguesa venha a usufruir e a aproveitar circunstâncias favoráveis que atualmente existem. A aposta em regiões ou áreas geográficas em que a Língua Portuguesa está em expansão, fruto de circunstâncias legadas pela história ou por razões de ordem sociológica. Estes espaços necessitam da elaboração de uma linha política que tenha em conta o que pode melhor servir os interesses dos falantes que não se devem cingir à ordem do linguístico, consolidando e fortalecendo as ligações existentes e os programas que podem facilitar o estabelecimento de parcerias quer no plano bilateral quer em consonância estratégica com a CPLP e o IILP.

É fundamental em múltiplos aspetos a ação externa que a parceria com o Brasil seja uma realidade, não apenas nas organizações multilaterais de que ambos os países fazem parte mas também na partilha de esforços e nos ganhos que podem advir de uma economia de escala numa perspetiva de complementaridade e não de estéril competição. A evidência da relevância do Brasil na cena internacional, que se tem acentuado no último decénio, sem secundarizar os esforços deste país no que respeita às questões da promoção da Língua Portuguesa, é um trunfo e não um obstáculo, é uma oportunidade e um desafio à capacidade de ação consertada dos dois países que só pode beneficiar os

países de língua portuguesa no seu conjunto. Para que isto seja uma realidade e um benefício para uma causa comum, torna-se fundamental erradicar motivos de desconfiança com origem em preconceitos que importa ultrapassar.

Devem também ser encaradas como favoráveis ao Português tendências atuais, sobretudo no âmbito da União Europeia, mas também no MERCOSUL, de valorização do plurilinguismo, o que tenderá a compensar a predominância do Inglês, numa perspectiva de relacionamento e de complementaridade dos espaços linguístico e não de confronto, nomeadamente no que se refere à hegemonia do inglês. Por fim, e em linha com a decisão do Governo português de recorrer a um grupo de trabalho para apresentar um relatório sobre a Internacionalização da Língua Portuguesa em 2008, o Governo procedeu à nomeação de um Grupo Gestor para a Elaboração do Plano Estratégico do IILP, para o qual Portugal nomeou um representante sendo que este grupo integra ainda representantes de mais 3 países (Portugal, Brasil, Angola e Moçambique), foi publicada a nova Lei Orgânica do Instituto Camões, a 22 de Setembro de 2009 foi nomeada a Comissão Nacional adstrita ao IILP, com dois representantes do Instituto Camões, um do Ministério da Cultura e outro do Ministério da Educação.

Deste conjunto de decisões e de outras que com estas concorrem parece evidenciar-se a vontade política de levar a cabo um processo ativo e estrategicamente pensado de internacionalização da Língua Portuguesa o qual, do lado português deve ser sublinhado como desígnio nacional e concebido com propósito de continuidade, para além das oscilações da vida política nacional ou de limites impostos pelo calendário eleitoral. Um tal desígnio não se confunde com o cumprimento do imperativo constitucional português de providenciar às comunidades expatriadas e aos luso-descendentes o acesso à cultura portuguesa e ao ensino da língua materna que é outra vertente da política de Língua de Portugal que não pode ser iludida.

Em conclusão, uma política de língua que tenha como objetivo a internacionalização da Língua comum da CPLP exige uma ação política persistente, continuada e estrategicamente orientada e fundamentada. A perspectiva que aqui se apresenta consubstancia um entendimento pragmático e um esforço de coerência do que atrás sucintamente se expõe.

Évora, SIMELP 2009

Mário Filipe